



VI Simpósio Nacional de
HISTÓRIA CULTURAL
Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

**TEATRO DO PROGRESSO: IMPRENSA E DISCURSO NA PRIMEIRA
METADE DA DÉCADA DE 1970**

Kllaricy Oliveira de Almeida*

Marcadamente direcionado ao perímetro urbano da cidade, o processo de implantação de uma nova infraestrutura à capital piauiense, posto em execução através de uma política de “limpeza” e reordenamento urbano na década de 1970 ocorreu de forma impositiva e segregadora. A construção de uma imagem civilizada e moderna, nesse contexto, não estaria relacionada apenas a uma mudança do espaço físico, como também à própria face do cidadão, que deveria se enquadrar nos novos ditames da modernidade.

Entretanto, a cidade sonhada pelos agentes sociais envolvidos no projeto de modernização não se encaixava na cidade real, onde a vivência cotidiana se dava em favelas espremidas no centro da cidade e abarrotadas de migrantes, vindos em sua maioria do interior do Estado, que se amontoavam em casebres de palha e pau-a-pique, em péssimas condições de higiene e salubridade.

Ao parafrasear Marshall Berman, Maria Mafalda Baldoino considera que Teresina estampou na ambiguidade várias imagens, ao partir do pressuposto de que ser moderno é viver a contrariedade, e que é “dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver entre dois

* Mestranda do Curso de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento.

mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a idéia de modernidade e modernização.”¹

Nessa ambiência, dá-se o processo de expulsão de moradores residentes em favelas próximas ao centro da cidade, além da execução da política de higienização, direcionada de forma rigorosa aos mendigos, ocupantes muito presentes do perímetro urbano, e aos ambientes de prostituição (cabarés). Na luta pela concretização de uma imagem de modernidade, os pobres urbanos surgem aos olhos das autoridades, especialmente, como inimigos a serem combatidos e enquadrados, de forma a permitir a passagem do “trem do progresso”.

A imprensa se apresenta, mais uma vez, como construtora de uma imagem que validasse as medidas que vieram a ser adotadas pelo governo. Para tanto, os pobres urbanos aparecem como os principais personagens desse processo de modernização, sendo foco de inúmeras reportagens direcionadas a evidenciá-los como a barreira incivilizada que, sem controle, impediria a consumação do pretendido ideal de “progresso”.

A presença de desocupados na praça Landri Sales está transformando aquele logradouro em um ponto de concentração da miséria social da cidade. Um aleijado procedente de Alagoas dorme e prepara suas refeições debaixo das frondosas árvores da Praça, cujo lago artificial é hoje um lar dos desamparados. Se as autoridades responsáveis não tomarem uma decisão antes da reabertura das aulas, aquele bonito recanto da cidade, já transformado em subsidiária das adjacentes do HGV, poderá ser o pólo de concentração da miséria de Teresina.²

Reportagens como essa são uma constante nos jornais da época. A miséria surge como a tonalidade destoante no panorama geral da pintura, ou seja, a pobreza se esboça como um termo de oposição à modernização, na medida em que essa realidade foge ao modelo idealizado de cidade. Cada novo caso de mendicância se apresenta como ruga a ser retirada da face sinuosa da cidade, que vai se embelezando e ganhando ares de metrópole.

¹ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. *Cotidiano e imaginário: um olhar historiográfico*. Teresina: EDUFPI/Instituto Dom Barreto, 1997.

² CONCENTRAÇÃO de miséria. *O Estado*. Teresina-Piauí, 2ª fase, n. 173, p. 1, 11 mar. 1973.



Fotografia 1: Da calçada, uma cama. Do céu, um teto.
Fonte: Jornal *O Estado*, 11 mar. 1973. Acervo do Arquivo
Público do Piauí – Casa Anísio Brito.

Na imagem, podemos perceber que a Praça Landri Sales, à qual se refere a reportagem, não se apresenta como foco central nas lentes do fotógrafo, que direcionou seu olhar ao mendigo, destacando as características físicas da personagem como representativas do panorama de pobreza vivido pela cidade. Desnutrição, abandono, doença dão contorno à “face” do pobre, que surge como obstáculo no caminho do progresso.

Nesse contexto, a solidariedade entre imagem e texto escrito traz à tona um estilo jornalístico surgido em fins do século XIX e início do século XX, através do trabalho do jornalista americano Jacob-August Riis (1848-1914), especialista em crônicas policiais, que descobriu o poder de persuasão e propaganda da fotografia e inaugurou o documentário ilustrado. Com olhar voltado para uma sociedade concebida a partir de dois grandes blocos, ricos e pobres, tal estilo objetivava a formação de opinião dos leitores de jornais. Para tanto, as imagens dos pobres apresentavam o tema da sociedade de massa, dos trabalhadores imigrantes, dos desempregados, mendigos, em síntese, do universo social identificado com as “classes perigosas”.³

É uma tristeza o problema da mendicância em Teresina, como é deplorável a gente se ver obrigado a falar assim, mas não podemos deixar mergulhado no silêncio problema de tão séria gravidade. É que a cidade, nesse setor, está abandonada. Faz dó, dá pena, pois o que se vê é legião e mais legião de mendigos de mãos estendidas à porta de barbearias, mercearias, nas praças e onde quer que se chegue, num desafio terrível à nossa própria capacidade de ação. [...] Acreditamos que já é tempo de se adotar uma medida capaz de sanar tal problema, que não deve ficar mergulhado nessa posição terrível e dolorosa.⁴

³ BORGES, M. E. L. op. cit., p. 67.

⁴ MENDICÂNCIA em Teresina. Jornal do Piauí. Teresina-Piauí, n. 4052, p. 3, 6 jun 1973.

O debate a respeito da mendicância ganha força nos discursos jornalísticos, que viam este problema como empecilho à materialização da cidade desejada. A imprensa se voltava, nesse caso, para alertar as autoridades quanto à necessidade de medidas voltadas para a resolução definitiva dessa situação, o que seria posto em prática através da expulsão da população mendiga das áreas centrais, na tentativa de afastar os focos de pobreza dos cartões-postais da cidade.

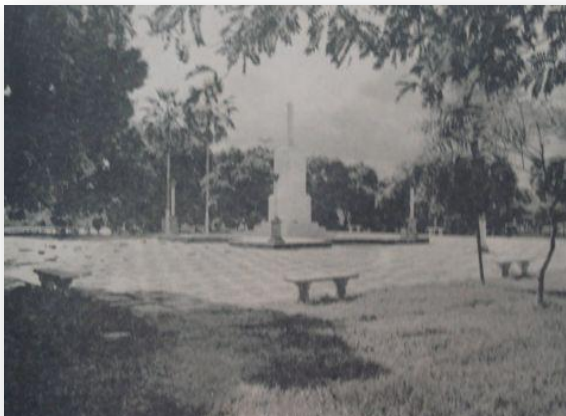
Maria Mafalda Baldoíno, ao refletir sobre o cotidiano da pobreza em Teresina, no final do século XIX e primeira metade do século XX, em “Cotidiano e Pobreza”, percebe nos discursos da elite teresinense grande preocupação em relação aos mendigos e desocupados que faziam das ruas da cidade locais de “ganhar o pão de cada dia” e de moradia, o que acabou por aumentar as medidas de vigilância e controle social, tendo em vista a perspectiva de que a ociosidade ou vadiagem, tida como “porta aberta para o crime”, numa associação efetiva entre classes pobres e “classes perigosas”, necessitava de repressão.⁵

Antigo refúgio dos desocupados, prostitutas e até marginais, a Praça Marechal Deodoro é, hoje, um dos mais bonitos e aprazíveis recantos da cidade, lugar ideal para o Teresinense passar suas horas de lazer. A praça já concluída vai constituir, juntamente com o Hotel Piauí, um belo conjunto urbanístico, talvez o mais atraente de Teresina. De sua parte, o hotel está pronto, restando apenas alguns trabalhos de acabamento. Sua inauguração, bem como a da praça Marechal Deodoro, acontecerá dentro de, no máximo 15 dias. Já estão sendo expedidos os convites para a solenidade, que possivelmente contará com a presença do general Garrastazu Médiçi.⁶

Desocupados, prostitutas e marginais surgem na reportagem como objetos incompatíveis com a nova paisagem da Praça Marechal Deodoro, que, sem a presença das “classes perigosas”, passava a fazer parte do conjunto urbanístico da cidade e a posar como cartão-postal da “Belle Époque” piauiense. A possível presença do general presidente se apresenta como afirmação da grandiosidade da obra e da importância que o Estado começava a ter no cenário nacional.

⁵ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

⁶ PRAÇA e hotel vão ser inaugurados em 15 dias. *O Estado*. Teresina-Piauí, 2ª fase, n. 148, p. 1, 27 jan. 1973.



Fotografia 2: Praça Marechal Deodoro.
Fonte: Jornal *O Estado*, 27 jan. 1973.
Acervo do Arquivo Público do Piauí –
Casa Anísio Brito.

Posteriormente transformada em cartão-postal, a imagem acima se encaixa nas características, segundo Maria Eliza Linhares, próprias desse estilo fotográfico que, ao deixar de lado imagens-sintomas do feio e do desagradável, encanta o olhar do observador, ao celebrar um imaginário que remeta a um mundo guiado pelas noções positivas do progresso e civilidade.

Fazer da capital piauiense um símbolo de modernidade se tornara o objetivo máximo da política de embelezamento empreendida, principalmente, em praças e locais públicos, no sentido de deixar Teresina mais atraente, tanto aos turistas, foco central, como aos olhos da multidão cidadina. Para dar sustentação a essa política, apresentam-se inúmeras notas nos jornais em defesa das medidas empreendidas pelos governos, com destaque às obras que se avolumavam, dando novos contornos ao entremeado tecido urbano.

Não confundamos obras de fachada com obras de embelezamento de Teresina. As obras de fachada podem ser adiadas, quando não postas de lado, porque não são de utilidade pública. As obras de embelezamento que o governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Teresina estão realizando através de convênio previamente ajustado, sem sombra de dúvida, são de elevado alcance, como os serviços feitos na Avenida Frei Serafim e os que já iniciaram na Praça Rio Branco.⁷

As críticas sobre as obras de embelezamento da capital são desacreditadas pelo discurso jornalístico e postas como irrelevantes, quando comparadas à utilidade e funcionalidade dos empreendimentos urbanísticos que se encontravam concluídos ou em andamento.

⁷ EMBELEZAMENTO de Teresina. *O Liberal*. Teresina-Piauí, ano III, n. 373, p. 6, 19 out. 1972.

A honestidade na utilização das verbas públicas também se apresenta ao jornalista como resposta aos críticos que consideravam tais iniciativas como “obras de fachada”, além de demonstrar a imagem positiva do Estado diante dos órgãos bancários que conveniavam recursos para execução dos projetos, cujo elevado alcance seria resposta final a qualquer incrédulo.

Com os projetos do governo em pauta, secundados pelas realizações do Prefeito Joel Rbeiro, Teresina tornar-se-á, daqui a dois anos uma das mais lindas capitais do Brasil. Sob esse aspecto, deixemos que o Governador Alberto Silva trabalhe à vontade, porque redundará em benefício de nossa Capital, que é a sala de visita do Piauí. Ele e o Prefeito Joel estão ajeitando a sala, limpando-a, reparando-lhe as falhas, embelezando-a, enfim. Não merecem censuras por causa disso e sim elogios. Eles querem fazer, em Teresina, o que, muitos anos atrás, Pereira Passos, Paulo de Frontin e Sampaio Correia fizeram no Rio de Janeiro, transformando a Capital do Brasil numa das mais belas Capitais do Mundo.⁸

Como “sala de visitas do Piauí”, Teresina teria, na ótica do jornalista, que passar por esse trabalho de embelezamento, com vistas a um objetivo maior: alcançar o patamar de cidade moderna. Para tanto, deixar de lado as críticas e permitir que governador e prefeito pudessem trabalhar à vontade aparece, não como pedido, mas como obrigação da população.

A capital carioca surge ainda como modelo de modernização a ser seguido, não se apresentando críticas a respeito do processo de expulsão da população pobre para os morros da cidade, ocorrido no governo de Pereira Passos, fato considerado símbolo da segregação espacial, que deu nova face ao Rio de Janeiro.

A limpeza da cidade também ganha volume nos discursos jornalísticos como grave problema e obstáculo à concretização dos ideais progressistas, tendo em vista que a imagem asseada e higiênica da capital ficaria em descrédito.

A Prefeitura Municipal de Teresina iniciou um “rush” trabalho objetivando limpar todas as praças e avenidas de Teresina. [...] Neste trabalho, contínuo e bem feito, a Prefeitura já limpou diversas praças e avenidas. [...] Também o setor de sujeiras, a Prefeitura está fazendo um esforço hercúlo para fazer a capital sempre limpa. [...] O que está acontecendo é que a população não colabora com o esforço da Prefeitura. Diariamente é comum se encontrar nas ruas de Teresina, principalmente na parte residencial, alguém jogando lixo nas calçadas para que o carro da prefeitura apanhe. A população não está educada para conservar uma cidade limpa. [...] Somos um povo civilizado, somos uma comunidade que já tem foros de desenvolvida e jamais

⁸ Ibid.

poderíamos agir desta maneira, num completo desrespeito àquilo que temos de mais bonito e mais nosso, ou seja, nossa cidade.⁹

No combate à sujeira, a Prefeitura surge como protagonista heroico a realizar esforço monumental de trazer a cidade limpa, atendendo as solicitações, que se faziam visíveis através do aspecto feio, principalmente no caso de praças e avenidas da capital. Nessa luta, contudo, o inimigo seria a própria população que, sem colaborar com o prefeito, deixava o trabalho de limpeza ainda mais dispendioso, o que se reflete no discurso jornalístico como uma “demonstração patente de falta de maturidade”.

Para uma sociedade que desejava se fazer desenvolvida, atitudes como “jogar papéis nas ruas ou lixo nas calçadas à espera do carro da prefeitura” não se apresentavam como próprias de um “povo civilizado”. Colaborar com a municipalidade nessa empreitada pela limpeza da cidade se mostra, assim, prova da educação e respeito de uma comunidade que estaria crescendo em todos os sentidos.

Ao convocar a população para colaborar com o trabalho de embelezamento e limpeza da cidade, apoiando o trabalho dos governos estadual e municipal, o jornalista insere a comunidade como parte responsável pelas mudanças na face teresinense e no crescimento do Estado. Todos, nessa perspectiva, deveriam unir esforços em torno de um objetivo comum: o progresso.

As ruas da capital também são alvo de preocupação por parte da imprensa, que as percebia como erros urbanísticos que “abafam o pouco vento que passa por aqui, vindo do litoral, prejudicando o nosso clima nosso e transformando a Capital do Piauí numa das capitais mais quentes do Nordeste do Brasil”.

Hoje, mesmo se reconhecendo que o erro de Teresina provém em parte de suas ruas estreitas, do aglomerado de casa umas por cima das outras, sem a oportunidade para a devida renovação do ar, repete-se, todavia, o mesmo crime urbanístico no elegante e moderno bairro do Jóquei Clube, onde está situada a nova zona residencial da cidade, já com ruas estreitíssimas, num acinte ao aprendizado que se deveria ter assimilado do exemplo sempre atual desta cidade. [...] Melhor a Prefeitura de Teresina agir agora, ANTES que outras construções ocupem espaços indevidos, que DEPOIS, quando aquela zona estiver com os mesmo crassos defeitos que atualmente prejudicam o centro da nossa capital!¹⁰

⁹ LIMPEZA. *O Liberal*. Teresina-Piauí, ano XXII, n. 4009, p. 1, 11 abr. 1973.

¹⁰ RUAS mais largas. *O Estado*. Teresina-Piauí, n.319, p. 3, 19 set. 1973.

A problemática das ruas estreitas no bairro do Jóquei Clube surge, no discurso jornalístico, como alerta a uma cidade que desejava alçar vôo em direção ao desenvolvimento, mas que sua imagem, ainda enquadrada em um traçado retangular, nos moldes idealizados por Antonio Saraiva, carecia de largueza e de “um número maior de praças e parques e casas obliquamente colocadas em frente ao nascente”. Para tanto, fazia-se necessária uma mudança na percepção arquitetônica das autoridades, os quais deveriam se mirar nos problemas urbanísticos da cidade, considerados pelo jornalista como “crassos defeitos” ou “crime urbanístico”, para trazer à luz uma nova capital.

Nesse cenário, a população pobre, notadamente mendigos (algumas vezes tratados nos jornais como desocupados) e prostitutas que ocupavam as ruas e praças do centro da cidade, surge nos periódicos sob duas formas: ou vilões muito próximos à categoria marginal (em seu sentido mais pejorativo) e sobre os quais as autoridades deveriam impor o controle ou como indivíduos sem domínio da própria vida, doentes a disseminar os piores males à sociedade, devendo, assim, aceitar passivamente o mando estatal.

Na primeira forma de abordagem, os pobres adentram a esfera dos sujeitos marginais como nítidos transgressores da ordem estabelecida, na medida em que vivenciam os locais públicos e a própria cidade de maneira oposta aos padrões ditos “civilizados”, apresentando-se como uma distorção na imagem de cidade moderna.

Tudo começa na miséria do lar. A menina está crescendo e inveja as outras do seu tamanho de vestido bonito, de sandálias novas e com os primeiros retoques de moça elegante. Ela não pode porque o pai não tem e a mãe lava roupas. Geralmente é uma pequena Maria, dessas Marias de toda parte. Sai pelas ruas com mil coisas na cabeça. Tem vergonha de pedir, mas o desejo de ser bem vista a insinua mais do que a própria fome. Começam os contatos com os outros. A feira, o mercado, os pontos de comércio são locais mais agradáveis ao “Deus lhe pague”. Começa, assim, conviver com homens rudes, mas com grande dose de maldade. Seu maior contato é com homem, agora. Vem a insinuação juntar-se à necessidade. Começa o fim de sua adolescência.¹¹

A miséria é vista como meio de conduzir os indivíduos à marginalidade e promiscuidade, situação que acabaria por corromper a sociedade e seu novo modelo de civilidade, autorizando uma intervenção autoritária por parte das autoridades.

¹¹ COMEÇO do fim. *O Dia*. Teresina-Piauí, n. 3.428, p. 1, 22 set. 1971.



Fotografia 3: Começo do fim.

Fonte: Jornal *O Dia*, 22 set. 1971. Acervo do Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito.

A situação de pobreza passa a ser considerada resposta final para os principais males vivenciados pela cidade. Nesses termos, temos a segunda abordagem, presente nos periódicos, que apresenta o pobre como vítima do próprio infortúnio, sendo concebido como um típico personagem da seca nordestina que adentra a cidade com sonhos de conseguir melhores condições de vida, contudo, sem nenhum preparo profissional para tanto e, ao deparar-se com uma realidade adversa, vê-se pertencente a uma multidão pobre que se aglomera em favelas sem as mínimas condições de sobrevivência. Nesse cenário, duas representações de cidade se entrelaçam e se contrapõem: a “cidade moderna” e a “cidade da pobreza”.

Ao analisar as representações dos pobres na literatura europeia do século XV ao XVII, Bronislaw Geremek percebe que “o interesse da literatura pelo personagem do pobre e pelo mundo da miséria vem de longa data e em épocas diferentes muda a função principal da imagem do pobre, altera-se a ordem dos valores em que ele está inscrito, modifica-se a avaliação ética e estética dessa personagem”. Também observa o mesmo autor que

O pobre pode suscitar desprezo ou admiração, ser sinônimo de sublime ou de baixeza, provocar compaixão ou escárnio. Como personagem do pano de fundo social, é por meio dele que se revelam as qualidades positivas do protagonista e a ação do destino, mas é também portador das verdades supremas e de uma razão superior.¹²

Nesse mesmo plano interpretativo, as imagens em destaque abaixo (Fotografias 4 e 5) trazem à tona o duelo entre duas cidades, que materializariam o antagonismo feio/bonito, positivo/negativo, bom/ruim. Ora é retratada a “cidade moderna”, urbanizada, limpa e

¹² GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia (1400-1700)* Tradução do polonês Henryk Siewierski. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 7.

VI Simpósio Nacional de História Cultural
Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar
Universidade Federal do Piauí – UFPI
Teresina-PI
ISBN: 978-85-98711-10-2

higienizada, pintada em tons positivos, surge como desejo de progresso; ora é encenada a “cidade da pobreza”, obscurecida pela ausência de urbanização e a má qualidade dos materiais utilizados em casas que se enfileiram em um espaço pouco saudável, aparece como sinônimo de tristeza e sofrimento. Nesse palco de horrores, o pobre é o protagonista: além de sofrer as consequências da ausência total de estrutura, pois vive à sombra das benesses da urbanização, é também marcado pelo estigma da marginalização. Ele é, portanto, visto como causa e como efeito, nesse cenário social.



Fotografia 4: Teresina poderia ser assim...
Fonte: *Jornal A Tribuna*, 2 out. 1975.
Acervo do Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito.



Fotografia 5: ... Mas continua assim...
Fonte: *Jornal A Tribuna*, 2 out. 1975. Acervo do
Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito.

Que Teresina desejamos? De um lado a Praça, cartão-postal da capital, “com suas fontes luminosas, sempre alegre e colorida”; de outro, “a favela, símbolo da miséria, local de sofrimento de uma comunidade sem saneamento, educação e abastecimento”. Sob essa ótica, a favela seria a doença a ser expurgada do corpo da cidade, dando lugar aos ícones da modernidade

São dois diferentes cartões, mas todos na mesma cidade [...] A Praça, sem os problemas, servindo como ponto preferido de lazer, principalmente para os namorados e a favela, local de sofrimento de uma comunidade onde falta tudo: saneamento, educação, abastecimento; a praça, sempre alegre e colorida, com a abundância da luz feérica e a favela, triste, contando apenas suas misérias, a fome sofrida pelos seus moradores, reclamando seus problemas; a praça, com suas fontes luminosas, jorrando água a todo instante, a favela sofrendo a falta do líquido precioso, a praça oferecendo um cartão de visita positivo para a capital piauiense e a favela do Bairro Primavera, como muitas outras, [...] a ostentar um cartão deprimente e totalmente diferente.¹³

Em busca de uma homogeneização quanto à imagem da capital como “cartão-postal” do Piauí, os governos estadual e municipal, na primeira metade da década de 1970, passam a agir, principalmente no perímetro urbano da cidade, no sentido de desapropriar moradores residentes nas favelas próximas ao centro, afastando-os para zonas periféricas, na ambição de conseguir, através de tal estratégia, deslocar os “focos de miséria” que davam contornos contraditórios à face da “cidade verde”.

Já foram demolidas as últimas casas localizadas às margens da via férrea, no trecho compreendido entre as ruas Rui Barbosa e Jônatas Batista a fim de desocupar a área onde será construída, brevemente, o terminal da Avenida Miguel Rosa que se interligará à Avenida Maranhão, completando o anel viário da cidade. Mais de cinquenta famílias tiveram suas casas demolidas e receberam em troca um lote de terra, além de meios financeiros para a construção das novas moradias no Bairro Buenos Aires. [...] Embora ainda estejam havendo algumas irregularidades os moradores do novo bairro se dizem satisfeitos. O serviço de condução e o sistema de energia são falhos, mas poderão ser regularizados com a ampliação das casas construídas e a chegada de novas famílias.¹⁴

A demolição das casas localizadas às margens da linha férrea se apresenta, na perspectiva do discurso jornalístico, como meio e fim para a passagem irreversível do

¹³ OS DOIS cartões diferentes. *A Tribuna*. Teresina-Piauí, ano I, n. 191, p. 7, 2 out. 1975.

¹⁴ PREFEITURA desapropriou 56 casas na favela da Ema. *O Dia*. Teresina-Piauí, n. 331, 3 jul. 1971.

progresso, materializado no anel viário da cidade. Com efeito, o destino oferecido aos moradores seria de menor importância quando comparado à grandiosidade do empreendimento urbanístico, tendo em vista que o governo os relocou em outro bairro, este, contraditoriamente, com várias irregularidades e problemas de infraestrutura como serviços de condução e sistema de energia.

Os moradores transferidos aparecem homogêneos em torno do discurso de satisfação, que viria dos lotes de terra ganhos no Bairro Buenos Aires e do recebimento de recursos financeiros para a construção de outras moradias. Diante da expulsão, o consenso desaparece, contudo, quando, ao final da reportagem, o jornalista destaca a resistência de alguns moradores (com realce para as prostitutas) em continuar morando em “barracos improvisados do outro lado dos trilhos”.

Algumas famílias que ainda não receberam casas continuam morando em cômodos alugados nas imediações das antigas moradias. O preço de aluguel dos barracos teve uma alta absurda, mas mesmo assim todos estão ocupados. Os quartos onde residiam as mulheres livres da zona da Ema, meretrício que desapareceu com a abertura da Avenida foram demolidos, mas as mundanas continuam mantendo a mesma vida em barracos improvisados do outro lado dos trilhos.¹⁵

12

O recebimento de indenizações pelas casas desapropriadas também surge como justificativa para a ação de despejo dos moradores, executada por Estado e Prefeitura, que dessa forma seriam reembolsados pelos prejuízos e redirecionados para outras áreas, através do apoio do governo em diálogo com os proprietários, no sentido de viabilizar a resolução dos problemas enfrentados, delineando um quadro que só estampara as páginas dos periódicos.

O economista Avelino Neiva, Coordenador de Planejamento da Prefeitura, informou que os proprietários das casas a serem desapropriadas para a abertura da segunda pista da Avenida Miguel Rosa, zona norte, não sofrerão qualquer prejuízo e que serão convocados, oportunamente, para o exame do problema. Informou também que os proprietários da Avenida Miguel Rosa-sul, cujas casas foram demolidas desnecessariamente terão suas residências reconstruídas nas mesmas condições de modo que nenhum deles sofrerá qualquer prejuízo.¹⁶

¹⁵ PREFEITURA desapropriou..., op. cit.

¹⁶ CASAS desapropriadas na Miguel Rosa terão indenização à altura. Jornal *O Estado*. Teresina-Piauí, p. 1, 11 maio 1972.

O jornalista entra em defesa do reordenamento urbano, utilizando-se da fala do Coordenador de Planejamento da Prefeitura, Avelino Neiva, de forma a reafirmar o interesse do governo em executar as obras de modernização do perímetro urbano da cidade de Teresina sem causar, para tanto, transtornos entre a população atingida, discurso este que não se concretizou, tendo em vista que os proprietários das casas demolidas, em sua maioria, não tiveram suas residências reconstruídas nas mesmas condições apresentadas antes da destruição.

Ao analisar o processo de segregação espacial na cidade de Natal entre 1957 e 1995, Alexsandro Ferreira percebe a urbanização pela qual passaram, nos últimos 50 anos, as cidades brasileiras, sobretudo as médias e grandes. Não houve implicações apenas no desenho e configuração urbana, mas também no acirramento da pobreza e das desigualdades sociais. Como marca construção desigual das cidades brasileiras estariam os “*espaços de pobreza*”, com destaque para as favelas e bairros de periferia, que

configuram-se por meio de um amplo processo de produção fundiária e habitacional, surgindo à margem das leis, dos códigos e planos urbanísticos, estando relacionados com a construção ‘ilegal’ da cidade contemporânea.¹⁷

Na capital piauiense da primeira metade da década de 1970, a favela, entendida sob a ótica estabelecida pelo conceito de “espaço de pobreza”, surge como estratégia de “resistência e sobrevivência” dos grupos sociais excluídos pela política de ordenamento urbano, o que se traduz “na apropriação de terrenos usualmente inadequados para os outros agentes da produção do espaço”, como destaca Roberto Lobato em sua obra “O Espaço Urbano”, onde concebe a cidade como espaço urbano, ou seja, como sendo a forma espacial em suas conexões com estrutura social, processos e funções urbanas.

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo

¹⁷ SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. *Depois das fronteiras: a formação dos espaços de pobreza na periferia Norte de Natal – RN*. 2003. 208f. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação de Mestrado) – Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade.¹⁸

Na tentativa de apreender as complexas relações que se estabelecem entre a cidade e a organização espacial e social na definição do espaço urbano, Lobato articula suas considerações tendo como base as diversas dimensões nas quais o espaço urbano se manifesta. Fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, conjunto de símbolos e campo de lutas: é através da dinâmica de tais características que se processa a organização e transformação do espaço urbano.

Contudo, o autor aprofunda tal análise ao identificar os agentes sociais – os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos – que produzem e consomem o espaço da cidade, cujas ações dão movimento a esse constante processo de reorganização espacial, como se pode perceber em Pedro de Almeida Vasconcelos¹⁹, ao trabalhar os agentes modeladores das cidades brasileiras coloniais.

A partir da identificação de tais agentes sociais e de suas práticas, sendo que estas podem se fazer das mais diversas formas, como via incorporação de novas áreas, renovação urbana, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, relocação da infraestrutura e mudança do conteúdo social e econômico, Lobato traz à tona o conjunto de diferentes usos da terra, que dá ritmo às ações dos agentes no espaço da cidade capitalista, definindo áreas (centro da cidade, áreas industriais, áreas residenciais, áreas de lazer, áreas para futura expansão) e funções, ou seja, organizando a estrutura social da cidade.

Para Antônia Jesuíta de Lima, as práticas de ocupação de terras, em Teresina, trouxeram uma densidade política muito específica, “devido à interferência no modo de o poder público tratar os pobres e à contribuição para a formação de espaços de embate em torno da problemática urbana”. Nesse caso, as favelas se integram ao urbano como uma “nova perspectiva de vivência da pobreza, ainda que sob incongruências e ambigüidades”.

¹⁸ CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1989.

¹⁹ VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Bertrand Brasil.

[...] as favelas e vilas, nascidas sob a égide da “ilegalidade”, transformam-se em fonte de construção de experiências significativas, mesmo que em total estado de precariedade. É que se instalar e dispor de um lugar para fixar-se representa a condição precípua para “melhorar de vida”, uma vez que a moradia constitui ponto de partida para a construção de projetos que dêem sentido à vida.²⁰

Alvo central da imprensa, a favela se apresenta como âmbito social que, de forma urgente, deveria passar pela intervenção das autoridades, seja com o objetivo de higienizar, civilizar ou modernizar a cidade, a expulsão de milhares de moradores dessas áreas era entendida como direito imperativo do governo na construção de uma cidade do “progresso”.

Turmas da Prefeitura, trabalhando mais de dez horas diariamente demoliram na tarde de ontem a última casa da favela da Ema localizada às margens da linha férrea entre as ruas Rui Barbosa e Jônatas Batista. No local funcionava a zona de meretrício conhecida por Ema, que ficou famosa nas crônicas policiais da capital como ambiente perigoso e que servia de esconderijo para elementos do submundo do crime. No local a Superintendência de Urbanização e Obras vai construir o último trecho da Avenida Miguel Rosa que servirá de acesso à Avenida Maranhão [...] As mulheres que residiam no local dispersaram-se pelas casas que ficam no outro lado da linha férrea e que não foram atingidas pela medida.²¹

A atitude da população residente na favela desapropriada, como se pode perceber, não surge em nenhum momento da reportagem, mas parece que tudo ocorreu pacificamente e que o grande trabalho foi apenas dos policiais envolvidos na destruição das casas. A violência e a prostituição se apresentam de forma a respaldar a ação das autoridades, que, nesse ponto de vista, estariam agindo em benefício não só dos moradores expulsos (estes cuja voz não ressoa na notícia), mas, sobretudo, da sociedade teresinense que, assim, ficaria menos temerosa com a insegurança e a promiscuidade. As consequências de tal ação aparecem em segundo plano, como algo de menor importância se comparado com os benefícios que chegariam à população através da destruição da favela.

²⁰ LIMA, Antônia Jesuíta de. *As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*. Teresina: Halley, 2003. p. 89.

²¹ PMT demoliu a favela da Ema. *O Dia*. Teresina-Piauí, n. 3.295, p. 8, 20 maio 1971.

A ação de demolição da zona conhecida como “Gogó da Ema”, compreendida entre as ruas Rui Barbosa e Jônatas Batista, apresentava-se como medida de erradicação dos ambientes que, de acordo com o levantamento feito pela Prefeitura, “compunham um risco para a população e para o projeto modernizador a ser empreendido nas regiões centrais”. Nesse sentido, o jornalista oferece um discurso que corrobora com a política de reordenamento urbano, baseado na premissa de que áreas “compostas de casas de taipa cobertas com palha ou bairros tidos como zonas de prostituição e criminalidade ‘enfeavam’ a cidade.”²²

A preocupação dos dirigentes com as favelas próximas ao centro da cidade, principalmente aquelas consideradas pelas autoridades policiais e sanitárias como “antros de prostituição e miséria”, consolidara-se, de acordo com a pesquisa em questão, como locus de observação da imprensa, a partir do momento em que esses locais passam a ser indesejáveis e obscurecedores da imagem que se tentava granjear para o Estado e sua capital. Apagar o “passado”, representado pelas construções antigas e casebres de palha, dando lugar a um “presente”, cujo cenário ambientaria canteiros de obras para levantar uma nova cidade, passava a ser objetivo central dos editoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *Cotidiano e imaginário: um olhar historiográfico*. Teresina: EDUFPI/Instituto Dom Barreto, 1997.

_____. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

_____. Teresina: cultura e linguagem fotográfica. In: *Scientia et spes: Revista do Instituto Camilo Filho*. v.1, n. 2. Teresina: ICF, 2002.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CASAS desapropriadas na Miguel Rosa terão indenização à altura. *Jornal O Estado*. Teresina-Piauí, p. 1, 11 maio 1972.

COMEÇO do fim. *O Dia*. Teresina-Piauí, n. 3.428, p. 1, 22 set. 1971.

²² MONTE, op. cit., p. 91.

CONCENTRAÇÃO de miséria. *O Estado*. Teresina-Piauí, 2ª fase, n. 173, p. 1, 11 mar. 1973.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1989.

EMBELEZAMENTO de Teresina. *O Liberal*. Teresina-Piauí, ano III, n. 373, p. 6, 19 out. 1972.

GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia (1400-1700)* Tradução do polonês Henryk Siewierski. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 7.

LIMA, Antônia Jesuíta de. *As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*. Teresina: Halley, 2003.

LIMPEZA. *O Liberal*. Teresina-Piauí, ano XXII, n. 4009, p. 1, 11 abr. 1973.

MENDICÂNCIA em Teresina. *Jornal do Piauí*. Teresina-Piauí, n. 4052, p. 3, 6 jun 1973.

MONTE, Regianny. *Teresina sob os anos de chumbo: as interfaces de uma modernização autoritária e excludente*. 116f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 2007.

OS DOIS cartões diferentes. *A Tribuna*. Teresina-Piauí, ano I, n. 191, p. 7, 2 out. 1975.

PRAÇA e hotel vão ser inaugurados em 15 dias. *O Estado*. Teresina-Piauí, 2ª fase, n. 148, p. 1, 27 jan. 1973.

PREFEITURA desapropriou 56 casas na favela da Ema. *O Dia*. Teresina-Piauí, n. 331, 3 jul. 1971.

RUAS mais largas. *O Estado*. Teresina-Piauí, n.319, p. 3, 19 set. 1973.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.